

A hegemonia do atraso

• 2 MAR 1938

Ao rejeitar ontem a proposta de pluralismo, pela qual poderia existir, em uma mesma região, mais de um sindicato representativo para a mesma categoria, o Congresso constituinte proferiu um voto de aceitação ao paternalismo, ao atraso e à falta de autenticidade da estrutura sindical em vigor. Mais do que isto, deixou transparecer toda a sua covardia política, o seu lastimável temor em contrariar os interesses pessoais e setorizados das lideranças trabalhistas e empresariais encasteladas burocraticamente em suas respectivas organizações.

Em poucas palavras, a previsão da unicidade sindical na futura Carta equivale a uma declaração pública, e poderosa, de que os empresários e os trabalhadores são politicamente debilitados e incapazes de se organizarem sozinhos —necessitando, sempre, do amparo benevolente, desinteressado e protetor do Estado. É a mesma concepção autoritária e anacrônica que instituiu o recolhimento de uma contribuição compulsória aos sindicatos (para a sua sobrevivência financeira, independentemente de ser ou não representativo) e proibiu, de maneira intransponível, a tentativa de criação de

qualquer entidade, sem o controle direto do governo.

O que derrotou a idéia do pluralismo no Congresso constituinte foi a possibilidade de se estabelecer no Brasil uma verdadeira e salutar concorrência no interior da própria estrutura. Com efeito, o trabalhador e o empresário poderiam escolher, entre duas ou mais, a organização que o identificasse, que admitisse a sua influência e que respondesse mais adequadamente às suas reivindicações e interesses.

Optou-se, contudo, pelo sindicato único da categoria profissional ou econômica. E esse não passa de uma espécie de repartição pública, na maioria das vezes “pelega”, artificial, descompromissada e assistencialista, que não se mantém pela legitimidade, mas sim pelos favores da lei. Esqueceu-se do mais importante, já que todas as garantias retóricas de liberdade sindical aprovadas desaparecem diante desse obstáculo concreto.

A rejeição à emenda do pluralismo foi mais um golpe contra as aspirações modernizadoras do país; foi um sintoma de que a herança paternalista deixada por Getúlio Vargas é ainda hegemônica e assim poderá permanecer, lamentavelmente, por muito mais tempo.